



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciência Política
Curso de Graduação em Ciência Política

ROUSSEAU
E
GUAMAN POMA DE AYALA:
A diferença entre pensamento tradicional e decolonial na
análise da sociedade e em sua determinação normativa.

João Paulo Vaz Mendes

Pablo Holmes

Brasília - 2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciência Política
Curso de Graduação em Ciência Política

ROUSSEAU
E
GUAMAN POMA DE AYALA:
A diferença entre pensamento tradicional e decolonial na
análise da sociedade e em sua determinação normativa.

João Paulo Vaz Mendes

Pablo Holmes

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência
Política - IPOL, da Universidade
de Brasília – UnB, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Brasília – 2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciência Política
Curso de Graduação em Ciência Política

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política - IPOL, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

ROUSSEAU E GUAMAN POMA DE AYALA:

**A diferença entre pensamento tradicional e decolonial na
análise da sociedade e em sua determinação normativa.**

João Paulo Vaz Mendes

Aprovado por:

Professor orientador: Pablo Holmes

Professor: Camilo Negri

Brasília, 00 de dezembro de 2015

RESUMO

O presente trabalho desta monografia visa se observar as diferenças entre Jean-Jacques Rousseau e Felipe Guaman Poma de Ayala em relação às suas teorizações da sociedade ideal e suas críticas a sociedade moderna em que se encontram. A partir da análise dos escritos de cada autor se percebe a diferenciação que a perspectiva política e geográfica dos autores e como estas são absorvidas em suas reflexões políticas.

Palavras-chave: teoria, política, moderna, perspectiva, periférica, decolonial.

ABSTRACT

The current work of this monograph tries to notice the differences between Jean-Jacques Rousseau and Felipe Guaman Poma de Ayala related to their theorizing of an ideal society and its critics to modern society that they found themselves. From the analysis of each author's writings it is perceived the difference that the geographical and political perspective from authors and how these are absorbed at political reflections.

Keyword: modern, political, theory, peripheral, decolonial, perspective.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. CAPÍTULO I – BIBLIOGRAFIAS DIFERENTES.....	10
2.1. Jean-Jacques Rousseau.....	10
2.2. Felipe Guaman Poma de Ayala.....	12
3. CAPÍTULO II – TEORIA POLÍTICA MODERNA NA PERSPECTIVA CLÁSSICA.....	14
3.1. Origens do Estado para Rousseau.....	14
3.2. Do Contrato Social.....	15
4. CAPÍTULO III – TEORIA POLÍTICA MODERNA NA PERSPECTIVA PERIFÉRICA.....	21
4.1. Apresentação.....	21
4.2. <i>El Buen Gobierno</i>	22
4.3. <i>Corregidores</i>	25
4.4. Tenentes, Juízes e Escrivães.....	27
4.5. Mineiros.....	27
4.6. Mordomos e Espanhóis.....	28
4.7. <i>Encomenderos</i>	29
5. CAPÍTULO IV – COMPARAÇÃO DE PERSPECTIVAS.....	31
5.1. Intenções de escrita.....	31
5.2. Bases Filosóficas.....	32
5.3. Bom Governo.....	33
5.4. Noção de Soberano.....	35
5.5. Deturpação da Civilização.....	36
5.6. Escravidão e Igualdade.....	37
6. Conclusão.....	40
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

INTRODUÇÃO

Walter Mignolo (2007) apresenta sua crítica à modernidade pelas diversas facetas que ela compõe a partir de sua formação. Tal modernidade gera o espectro da autonomia e do avanço da racionalidade, porém também dá origem a uma lógica de dependência nas regiões periféricas. Esta realidade ocorre devido à colonialidade de poder que estabelece uma imposição da visão e do conhecimento dos colonizadores aos seus colonizados, além de encobrir e silenciar todo o pensamento alternativo que pode surgir fora da realidade dos colonizadores ocidentais. A partir desta lógica Mignolo (2007) expõe a origem de um pensamento fora do raciocínio da modernidade, em que se coloca de fora do pensamento colonial em si, sendo este nomeado de pensamento decolonial.

O pensamento decolonial poderia ser definido como uma forma de se pensar fora da tradição de modernidade a partir de uma lógica alternativa. Mignolo (2007) traça a origem deste pensamento decolonial já no século XVI nos vice-reinados hispânicos e também nas colônias inglesas no século XVII. O autor se referencia em Guamán Poma Ayala (1980) e Otabbah Cugoano (1999), dois autores que possuem suas origens epistêmicas de conhecimento em formas alternativas às da modernidade convencional. Estes traçariam um começo ao pensamento decolonial que prossegue até a atualidade, com Mignolo (2007) e Quijano (2005) como seus expositores.

Um fato interessante da origem do pensamento decolonial é a sua localização histórica, pois esta se dá em uma proximidade temporal a grandes cânones da teoria política, como Hobbes (1997), Locke (1994) e Rousseau (2005a). Porém Guamán Poma de Ayala (1980) e Otabbah Cuogano foram excluídos do debate político por muito tempo como reflexo da colonialidade do poder. Tal exclusão ainda se reflete aos dias de hoje, pois estes são excluídos dos estudos acadêmicos tradicionais sobre a política moderna.

Outro fator interessante de se notar neste pensamento alternativo da modernidade é a base de pensamento destes dois autores apresentados que pode ser concebida dentro de uma reflexão cristã. Porém a visão de cristandade para ambos se dá de maneira diferente ao que se pode pensar convencionalmente. Esta cristandade é concebida como uma ideia universal de solidariedade humana que também estaria presente nas experiências de conhecimento indígenas e africanas vividas por estes autores (MIGNOLO, 2007; pp. 9-12).

A partir destas constatações feitas acima é possível se realizar uma reflexão de

uma nova perspectiva da teoria política moderna. O próprio Mignolo (2007) apresenta as ideias de igualdade de Rousseau (2005a) em relação à visão da igualdade de Cugoano (1999), apresentando uma diferença em que Rousseau (2005a) coloca a igualdade apenas na questão legal do Estado, mas não entre os seres humanos iguais, tanto brancos, quanto negros; ponto de vista que é apresentado por Cuogano (1999) com uma grande proximidade histórica. Cabe, portanto, a análise das diversas categorias de estudo da teoria política moderna sendo colocada em perspectiva com a visão do pensamento decolonial. E realizar-se assim uma reflexão da possibilidade de inserção deste pensamento no estudo político acadêmico convencional, não apenas de forma alternativa como vem sendo apresentado hoje.

Porém cabe ainda neste estudo uma problematização do conceito de pensamento decolonial e quando se deu a sua origem. Pensando-se isto a partir da atividade de praxis teórica de Mignolo (2007), entre outros pensadores decoloniais na empreitada de busca por pensamentos silenciados. Ou se é possível decretar um começo deste pensamento decolonial a partir destes escritos resgatados por Mignolo (2007), mesmo que estes não se declarassem neste espectro alternativo da modernidade.

O tema aqui proposto é de suma relevância para o estudo de ciência política, pois ele pode passar uma visão de modernidade do pensamento político de modo alternativo ao que é sempre estudado no cânone da ciência política. A partir de uma análise de tais textos a respeito de tópicos importantes da discussão política da modernidade seria possível se caracterizar estes como textos fundamentais no estudo político. Mais profundamente, a partir deste estudo se tornaria mais fácil a caracterização e o resgate de epistemes encobertas pela colonialidade do poder, tal como descrita por Quijano (2005). Possibilitando assim uma expressão de uma episteme de conhecimento indígena e africana dentro de estudos da teoria política.

O estudo proposto neste projeto ainda colabora para a possibilidade de estruturação de bases para um pensamento crítico à modernidade da colonialidade, firmando-se a partir destes textos e outras produções intelectuais encobertas uma possibilidade de formação alternativa de modernidade. Um pensamento de um conhecimento baseado geograficamente na periferia seria possível a partir da integração de tais escritos como parte da teoria política moderna.

A estratégia aplicada para o estudo será realizada a partir da análise de dois autores específicos. Farei uma exposição dos conteúdos de Contrato Social de Rousseau

(2005a) e parte do Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens como forma de se expor a abordagem mais convencional da teoria política moderna. O contraponto com a abordagem da modernidade alternativa será realizado a partir da exposição de Felipe Guaman Poma de Ayala (1980) com suas descrições políticas em *Nueva corónica y Buen gobierno*. Aliado ao conteúdo destes textos haverá a exposição da biografia de cada um dos autores que auxiliará na análise comparativa das duas lógicas de interpretação política. Isso sendo embasado no método fenomenológico de pesquisa. A fenomenologia nas pesquisas científicas traz a possibilidade de se analisar os objetos pesquisados de forma mais profunda e relacional à realidade. Com esta metodologia é possível se integrar a descrição de conceitos teóricos apresentados com a interpretação do mundo própria do autor do conceito, relacionando a isto todo o contexto em que os conceitos e definições científicas são cunhados. Segundo Antônio Carlos Gil “O objeto de conhecimento para a Fenomenologia não é o sujeito nem o mundo, mas o mundo enquanto vivido pelo sujeito” (GIL, Antônio Carlos, 2008; p. 14).

Ao final da obtenção e organização de dados se faz necessário o procedimento de análise dos mesmos, em decorrência da forma em que são organizados os dados neste estudo a sua forma de análise deve ser procedida por uma análise de conteúdo qualitativa. Tal forma de análise extrai categorias próprias de compreensão dos textos de forma que podem ser comparados e analisados como dados qualitativos. A análise ocorre de modo a perceber semelhanças e diferenças próprias dentre estes dados. Dessa forma se deve tirar conclusões a partir destas diferenças e semelhanças específicas confrontadas também a um pano de fundo geral que é extraído a partir de outras análises de fora dos conteúdos escritos em si, como é o caso de fatores bibliográfico e geopolíticos de escrita dos conceitos e dados escritos expressos (GIL, Antônio Carlos, 2008; pp. 152 e 175).

A análise se dá pela comparação dos dados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica, sendo que esta deve ser voltada para uma conclusão sobre como uma conformação geopolítica interfere nas formações teóricas. Além disto o estudo busca colocar a teoria política convencional em perspectiva devido à sua confrontação com um exemplo de texto periférico relegado ao esquecimento.

CAPÍTULO I - BIOGRAFIAS DIFERENTES

Nesse capítulo pretendo apresentar as trajetórias de vida dos principais autores discutidos no presente trabalho. Estas biografias devem servir de insumo para se analisar como cada teórico se relaciona com seus objetos de exposição e pode também ser um modo de explicação para as ideias apresentadas por cada um dos autores. É interessante também se notar as divergências que há na trajetória de cada um dos autores, possíveis disparidades entre biografia e teoria e onde eles se situam no panorama histórico e global em que cada um se encontra.

Jean-Jacques Rousseau

A vida de Jean-Jacques Rousseau (2005) passa por diversos momentos e situações diferentes. Sua família por parte de pai é formada por uma pequena burguesia, de cidadãos abastados, tendo origem no ofício de relojoeiros, mas não o suficiente para pertencer à aristocracia. Seu pai, Isaac, figurava entre os menos abastados de sua família por depender do ofício e do dinheiro da família e ter de dispor deste dinheiro juntamente com seus quatorze irmãos. O pai de Rousseau se casou com Suzane Bernard, filha de um pastor calvinista, e esta morreu no parto de Jean-Jacques, seu único filho. Ele viveu sua infância com seu pai fazendo intensa leitura da biblioteca de seu avô até que seu pai se isolou da cidade por perseguições judiciais. A partir de então ele viveu sua infância e amadurecimento vagando entre cidades da Suíça e da França, contemplando a natureza e buscando a subsistência em diversos pequenos empregos. Após um período de tempo, Jean-Jacques Rousseau (2005) começou o estudo de música ao qual se dedicou a escrever peças artísticas e de teoria musical, tentando obter fama, sem sucesso, com tais peças em Paris. Neste momento ele faz amizade com Denis Diderot, filósofo francês, que pede a Rousseau (2005) que escreva textos para A Enciclopédia. A esta altura de sua vida o autor se depara com uma pergunta que altera seus estudos: “Se o progresso das ciências e das artes contribuiu para corromper ou apurar os costumes”, este é o tema de um concurso acadêmico francês que passou a intrigar, Rousseau (2005), impactado pela emoção passa a escrever uma pequena dissertação sobre a corrupção humana na sociedade, rendendo-lhe o seu primeiro prêmio e posterior fama como filósofo. A partir de

então este passa a ser ouvido por ciclos maiores de pessoas e escreve Sobre a origem da desigualdade e Sobre Economia Política. Após um certo tempo o autor ainda escreve suas principais obras da carreira, Emílio e Contrato Social, porém estes dois livros são considerados ofensivos às autoridades e estas mesmas autoridades religiosas e políticas, juntamente com a opinião pública começam a persegui-lo. Neste período Rousseau (2005) se exila em uma cidade sob o domínio da Prússia e escreve textos em resposta a seus críticos. David Hume o propõe exílio junto a ele na Inglaterra, Rousseau (2005) aceita o exílio, mas se sente perseguido e foge também da Inglaterra. O resto de sua vida é marcado pelo sentimento de perseguição e a autoria de textos na tentativa de defender e explicar suas opiniões (MACHADO e ARBOUSSE-BASTIDE, 2005; pp. 5-11).

Ao longo de toda sua vida e de sua carreira acadêmica, Rousseau (2005) se pautou em suas experiências vividas e traçou argumentos principais em suas reflexões. Primeiro o autor se baseia sempre no contato e na contemplação da natureza. A partir deste contato ele cria diversos vínculos de inspiração conceitual na natureza para descrever não só a animalidade, intrínseca ao ser humano, mas também a humanidade que já está contida no humano em seu estado de natureza também. Para o autor a regeneração do ser humano é uma de suas melhores características e não se dá apenas com uma instituição completa de civilização, mas também com uma aproximação à naturalidade (pp. 12-14).

Em suas reflexões filosóficas, Rousseau (2005) apresenta uma maneira diferente de realizá-la, pois este apresenta uma filosofia, não pautada em um conhecimento externo como outros autores do iluminismo, mas voltado a um conhecimento interno, tanto individual, quanto socialmente coletivo. O autor apresenta este aspecto relacionando-o a Sócrates, com uma reflexão de conhecimento interno para se estabelecer um conhecimento de fato do ser humano como objeto próprio da filosofia. O terceiro fator (quais são os primeiros e segundo fatores) de direcionamento das teorias de Rousseau (2005) é exatamente o que diferencia seu agir filosófico do de Sócrates, pois este se pautava na racionalidade para exprimir o auto-conhecimento humano, Rousseau (2005), entretanto, acredita num procedimento sentimental para realizar este auto-conhecimento. Segundo o autor é imprescindível que o conhecimento seja obtido a partir do sentimento, pois só ele consegue penetrar em camadas mais profunda da natureza humana (pp. 14-15).

Por fim, Rousseau (2005) determina como elemento principal de todas as sociedades e na vida de todos os indivíduos, a liberdade. Este determina a liberdade como a

forma essencial da sociedade e relata que tal liberdade não deve ser contida apenas na origem natural do ser-humano, como dizem outros autores moderno, mas que esta deve ser parte permanente das relações humanas. A partir deste conceito o autor ainda desenvolve um conceito de autonomia que, a partir de uma estrutura social própria, cada indivíduo deverá seguir apenas suas vontades, pensadas de modo coletivo por todos da sociedade para todas da mesma (pp. 17-20).

Felipe Guaman Poma de Ayala

A Biografia de Felipe Guamn Poma de Ayala (1980) é menos clara e ainda repleta de incertezas, devido ao encobrimento de sua obra por um longo período de tempo por razões hierárquicas do conhecimento periférico, assim como descrito por Quijano (2005). Ou seja, por ser um autor proveniente do Peru e não da Europa ou dos EUA, a sua biografia foi por muitos anos desconhecida ou ignorada. O seu livro *Nueva Corónica y Buén Gobierno* é datado por especialistas como sendo escrito em 1615, porém ele teve em estado de encobrimento e esquecimento por séculos. Somente em 1908 que seu manuscrito foi descoberto por Richard Pietschmann na Biblioteca Real de Copenhague e a partir de então restaurado em diversas edições e integrado a ciclos de debate americanistas (GARCIA, 1980; pp. 9-10). O resgate de dados biográficos do autor, portanto, começaram séculos depois de sua morte. Muito do que se sabe hoje sobre Guaman Poma de Ayala (1980) foi descoberto a partir de trechos bibliográficos de sua própria obra juntamente com a análise destes trechos a documentos históricos.

Rolena Adorno (sem data) ressalta para a grande importância que o acesso a uma literatura de um autor como Guaman Poma de Ayala (1980) traz para o estudo de um pensamento latino-americano e o pensamento andino original anterior e posterior à colonização espanhola, demonstrando uma perspectiva própria que possui pouco material acadêmico. Todo esse potencial foi incrementado pela possibilidade de edição de uma versão digital do tratado de Guaman Poma de Ayala (1980), revelando não só suas ponderações críticas da realidade dos Andes, mas também um processo de como se estruturou toda a recuperação desse livro ao longo de sua descoberta, tradução e adaptação (PORTER, sem data).

O próprio autor relata sua filiação de modo diferente do convencional ocidental,

apresentando sua origem materna a partir de um conceito diferente que não associa vínculos sanguíneos, mas apenas sociais. Guaman Mallqui é apresentado como pai de Guaman Poma de Ayala (1980), membro das elites aristocráticas dos Andes que pode ter salvado um soldado espanhol chamado Luis Avalos de Ayala e a partir de então adotou o título “de Ayala” e o passou a seu filho. Guaman Poma de Ayala (1980) relata Cápac Apo Guaman Chaua como seu avô, este foi um dos grandes dirigentes indígenas dos Andes. Cápac Apo Guaman Chaua teria sido o encarregado de receber os espanhóis em sua chegada aos Andes e, mesmo que estes espanhóis tenham tentado enganá-lo, este foi integrado à burocracia colonial com um alto cargo de comando. A citada “mãe” de Guaman Poma de Ayala (1980) seria Juana Curi Ocllo possível filha mestiça de Túpac Yupanqui, um dos últimos governantes Incas (GARCIA, 1980; pp. 13-16).

O trabalho de *Nueva Corónica y Buén Gobierno* foi encerrado por Guaman Poma de Ayala (1980) quando este já estava em torno de seus setenta anos de idade, portanto este teria usado toda sua experiência de vida para desenvolver tal obra, que se estima ter sido trabalhado por um período de vinte a quarenta anos. Em relação às suas experiências de vida, relata-se que seu nascimento se deu por volta de 1545 devido aos fatos relatados pelo mesmo; esta data coloca seu nascimento posterior ao começo do processo de colonização espanhola, iniciado em 1532. A partir destes fatos se estabelecem diversas conclusões sobre sua biografia, Guaman Poma de Ayala (1980) já recebera educação cristã desde sua infância, o que reflete em todo seu conhecimento da doutrina. Isso aliado à sua posição de aristocracia indígena o possibilitou que ocupasse cargos na burocracia colonial no Vice-reinado do Peru, em que residia. Dentro dele o autor teve a oportunidade de conviver com outros membros da burocracia com diversas índoles as quais ele expõe em seus escritos (GARCIA, 1980; pp. 10-13).

A partir da biografia de vida de Guaman Poma de Ayala se estabelecem os principais temas em que este discorre em seu livro, este tenta passar em seu trabalho grande parte de seu conhecimento dos Andes e da estrutura social, política, geográfica e histórica da região. O autor descreve em seu trabalho diversos problemas constatados por ele no Vice-reinado do Peru, em que alguns são descritos como problemas de difícil solução, marcados pela expressão “*no hay remedio*”. Mas além disso o autor também explicita formas normativas de se melhorar a gestão do Vice-reinado para se prover uma vida melhor aos seus habitantes (GARCIA, 1980; pp. 18-19).

CAPÍTULO II - TEORIA POLÍTICA MODERNA NA PERSPECTIVA CLÁSSICA

No presente capítulo expressarei as principais ideias de Rousseau (2005a) como expoente das ideias canônicas da Teoria Política Moderna. Uma primeira análise será realizada a partir de uma leitura do livro: Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, de 1755 de forma que se apresentem as ideias deste autor para o princípio das sociedades humanas e já traz uma crítica ao modo em que elas são estabelecidas inicialmente. Depois exponho as ideias mais normativas do autor que, no Contrato social de 1762, traz seus pensamentos para uma sociedade ideal desde sua formação convencional, até a formação das instituições, o modo e os princípios em que elas devem ser regidas.

Origens do Estado para Rousseau

Em sua obra, Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade, Jean-Jacques Rousseau (2005b) descreve que o primeiro sentimento do homem foi a tentativa de garantir sua sobrevivência e preservação, o que era dado de forma a procurar os recursos para tal preservação na natureza. Porém, foram surgindo dificuldades de competição a esta sobrevivência, uma disputa com a natureza, entre os animais e entre os próprios homens. Para facilitar a sua sobrevivência o homem começou a se valer de relações entre outros homens, formando-se famílias e consequentemente comunidades de idioma comum (ROUSSEAU, 2005b; pp. 265-269).

Essa comunidade ainda harmoniosa começa a mudar quando surge o amor entre as pessoas, pois em consequência deste surge o ciúme e certos conflitos aparecem. Essas comunidades pacíficas foram se diferenciando a partir de indivíduos que exerciam certas atividades de melhor forma que outros. Além de tais desavenças surgiu também a discórdia em torno da posse que diferenciava aquele que possuía mais daquele que possuía menos (ROUSSEAU, 2005b; pp. 269-271).

A partir da diferenciação dos indivíduos surgem as deturpações da sociedade, em que ocorrem roubos e usurpações, há portanto um estado de guerra entre os homens. Devido a

tais injustiças cometidas no estado de guerra os homens se unem em torno de um governo central, o homem com isso abdica de sua liberdade e se submete aos grilhões da sociedade. Quem se prejudica com essa situação são aqueles que acumularam uma quantidade menor de posses, pois estes devem se contentar somente com tais propriedades já adquiridas antes da formação do pacto social convencional. Com a formação do Estado se estabeleceu a guerra como uma virtude desse Estado, trazendo o ideal da nobreza no derramamento de sangue dos homens de outros Estados (ROUSSEAU, 2005b; pp. 274-277).

Além dessa descrição de desigualdade dentro do pacto social do Estado, Rousseau (2005) descreve que o Estado é tomado totalmente por tiranos, como resultado da crescente desigualdade. Retorna-se a partir desse ponto ao estado de natureza, mas um estado natural diferenciado que é resultado da corrupção dos homens e não de sua inocência como é o primeiro estado de natureza (ROUSSEAU, 2005b; pp. 285-288).

Do Contrato Social

Em *Do Contrato Social*, Jean-Jacques Rousseau (2005a) traz uma advertência sobre a intenção inicial de seu livro já em seu princípio. Pois este trabalho faz parte de um trabalho maior voltado a um estudo geral das instituições. Porém, tal trabalho maior não foi concluído e foi de certa forma perseguido por representar ideias “muito revolucionárias”, como causa desta perseguição o autor desistiu deste trabalho e destruiu as demais partes dele mantendo apenas aquela denominada Contrato Social. Neste trabalho o autor expõe que escreve este livro por acreditar no melhor governo de seu país e fazer parte da sociedade que determina a vontade geral do Estado (ROUSSEAU, 2005a; pp. 47-52).

Em seus primeiros capítulos, Rousseau (2005a) discorre sobre a origem humana a partir de uma sociedade natural seguida pelo estabelecimento de uma nova sociedade que é estruturada por uma vinculação contratual, sendo regida por uma forma de poder constituinte do Estado. O autor define que a única estrutura natural existente seria a família e esta existiria apenas durante o tempo de desenvolvimento em que os filhos necessitariam de cuidados dos pais, depois deste tempo se há uma família ela ocorre por convenção social e não por necessidades naturais. Ainda é importante ressaltar que, para o autor, no estado natural as pessoas exercem ações sobre outras pessoas a partir do argumento de possuir uma força

maior. Tal argumento atua fora da lógica de qualquer moralidade para se exercer poder, sendo que neste estado natural da sociedade ainda não há força superior que seja capaz de exercer um poder sobre todos os humanos. Nesta lógica para se exercer um papel de domínio dentro da sociedade se deve criar uma ideia de direito natural que se sobreponha a força de todas as outras pessoas (ROUSSEAU, 2005a; pp. 55-60).

Depois de expor sobre o estado de natureza dos seres humanos, Rousseau (2005a) reflete sobre a categoria da escravidão a partir da consciência de liberdade natural dos humanos e de sua sujeição à sociedade convencional. A partir desta reflexão o autor não vê sentido na ação de um humano se sujeitar a outro humano como uma propriedade livre de desejos e direitos. O escravo se manteria apenas por uma sujeição de força contra sua expressão de liberdade, a longo prazo a escravidão seria mantida por uma formação de estrutura tradicional de sua prática que eliminaria o questionamento da estrutura. Porém, é evidente com esta exposição que o autor não compartilha da visão de autores como Aristóteles (2002) que diz haver humanos já nascidos para ser escravos e outros nascidos para ser livres, pois deste modo se trataria de um condicionamento do ser-humano (escravidão) como determinação natural que não existe para este autor (ROUSSEAU, 2005a; pp. 55-57 e 61-65).

A formação da sociedade de forma convencional é de suma importância para Rousseau (2005a) e esta deve ocorrer a partir de uma decisão geral de todas as pessoas que participarão da sociedade. Deste modo a transição convencional para a sociedade traria uma igualdade entre todos que participam dela, a partir de todos estes indivíduos surge um soberano como entidade abstrata que concretiza a vontade geral daquela sociedade. Esta formação social traz diversos benefícios aos indivíduos que participam dela, pois mesmo que se abdique da liberdade natural surge uma liberdade civil que elimina a possibilidade de se subjugar os membros do Estado por meio da força, garantindo assim as propriedades já adquiridas por cada um, que segundo o autor são definidas pela primeira reivindicação e trabalho sobre a propriedade. Quanto a isso Rousseau ainda declara que a formação da sociedade convencional é vantajosa apenas quando há uma isonomia de propriedades para terem suas posses garantidas, havendo uma igualdade nessa sociedade convencional diferentemente do que havia no estado natural (ROUSSEAU, 2005a; pp. 69-81)

Ainda sobre a manifestação abstrata da soberania o autor explica que ela deve ser inalienável e indivisível. Estes aspectos fazem referências a estruturas sempre presentes de um governo regido por esta soberania e da proposta de separação de poderes presente entre outros

autores da teoria política moderna. Sobre o governante é necessário se definir a soberania como inalienável pois quando se termina o tempo de um governante a soberania se mantém e ela não pode ser contradita nas ações de nenhum governante. Além disso a soberania se demarca como indivisível pois a vontade geral é uma só e ela não deve agir de forma a discriminar indivíduos específicos não podendo agir como magistrado, apenas delegar tal magistratura para julgar segundo a vontade geral. Rousseau (2005a) ainda trata sobre o cumprimento da lei pelos indivíduos da sociedade, estes devem estar realizados e livres no momento em que seguem aquilo determinado pela vontade geral, pois isto foi definido a partir de seu próprio sentimento de coletividade. O indivíduo deve seguir a vontade geral mesmo que isto signifique dar a vida por ela, pois é somente a partir da convenção social que os indivíduos podem dispor de suas próprias vidas sem a ameaça de outro indivíduo mais forte como ocorre no estado natural (ROUSSEAU, 2005a; pp. 85-103).

Para uma definição mais prática da forma política o autor define como devem ser confeccionadas as leis para valer a vontade geral. Segundo Rousseau (2005a) as leis devem ser realizadas de modo a que nenhuma vontade individual se sobressaia, sendo esta a de um cidadão comum pensando apenas em si, ou a do príncipe do Estado com objetivo similar. Isso pois a vontade geral é realizada com uma generalização das vontades das pessoas que formaram o estado convencional em oposição às vontades individuais de cada um; ou seja, não é uma agregação de vontades, mas uma formação comum e generalizada de vontades para o Estado como um todo (ROUSSEAU, 2005a; pp. 105-108). Sobre o legislador, Rousseau (2005a) destaca a sua presença na formação do Estado e das instituições que a estruturam. Segundo ele o legislador deve ter um amplo conhecimento para redigir as leis que vão atender à vontade geral traduzindo a vontade do soberano perante ele próprio e aos governantes (ROUSSEAU, 2005a; pp. 109-113).

O conceito de povo recebe uma explanação mais demorada no Contrato Social, em diversos capítulos são expostos os diferentes modos de organização do povo existentes na visão do autor. Primeiramente, o povo deve ser, de certa forma, civilizado e unido em torno das leis e da própria vontade geral do povo soberano. Rousseau (2005a) ainda se preocupa com a disposição do povo em relação ao seu território, a sua produtividade e a sua proporção populacional em si, tudo isso deve ser considerado na estrutura da sociedade na concepção da teoria política moderna canônica. Além disso também há uma descrição do governo em diversas proporções dentro do Estado; o autor descreve que a cada camada de governo em

uma escala superior, como é o caso do governo da província em relação ao governo da cidade, há uma perda de contato entre o governo e o cidadão possibilitando uma apropriação indevida de impostos dos cidadãos que deve ser evitada pelas próprias instituições (ROUSSEAU, 2005a; pp. 115-125).

A definição das necessidades de um Estado convencionalmente estabelecido é constituída pelos valores da liberdade e da igualdade. A liberdade convencional já definida é essencial para o exercício da autonomia do cidadão. Além da liberdade o autor cita agora igualdade como essencial, esta não precisa ser uma igualdade absoluta, mas apenas a suficiente, de modo que não haja nenhum cidadão tão rico que possa comprar outro e nem cidadão tão pobre que se veja obrigado a se vender (ROUSSEAU, 2005a; pp. 127-132).

No livro terceiro, Rousseau (2005a) se demora mais na explicação mais teórica da estruturação do governo de acordo com suas divisões de soberano, governo, legislação e magistratura. Neste ponto do livro o autor define o governo como meio intermediário entre o soberano e os súditos, esta seria somente uma forma de se fazer uma gestão da vontade geral. O autor ainda define que o cidadão tem diversas vontades dentro de si, na qual a vontade particular é a mais forte e a vontade geral a mais fraca; dessa forma os cidadãos se distinguem no momento em que exercem a vontade geral sendo soberano e sendo súditos no momento em que exercem suas vontades particulares (ROUSSEAU, 2005a; pp. 135-142).

Além destas definições de diferenciação das estruturas do governo, há ainda uma distinção das formas de governo possíveis, entre democracia, aristocracia e monarquia; isso ocorrendo de forma mais teoricamente descritiva. Entre essas discussões o autor coloca que é possível diversas formas de governo em cada Estado, sendo possível se realizar inúmeras combinações entre as construções institucionais. De maneira teórica o livro relaciona diversas questões da relação entre governo e soberano em diversos arranjos institucionais (ROUSSEAU, 2005a; pp. 143-155).

Assim como Montesquieu (2007) descreve em *O Espírito das Leis*, no Contrato Social Rousseau (2005) acredita que o modo de se governar e as estruturas necessárias em cada Estado dependem muito do clima, da região e da cultura regional. Rousseau (2005a) relata que o bom governo está intimamente ligado com a produção interna do país, segundo ele, se um país consegue produzir mais do que o necessário para seus particulares o Estado conseguirá manter um governo. A partir desta lógica o autor ainda define que o Estado não poderá dispor de um governo para si caso sua produção não seja suficiente, ou seja suficiente

apenas à vida particular dos cidadãos (ROUSSEAU, 2005a; pp. 165-169).

O bom governo aqui é definido por categorias simples, este é notado quando o Estado consegue prover conforto aos seus cidadãos e fazer com que sua população cresça. O oposto é delimitado pela possibilidade de ruptura das estruturas institucionais do governo. Quando o Estado não consegue manter seu próprio governo e perde sua estrutura de liberdade para os cidadãos este fracassa. Rousseau (2005a) ainda delimita que o essencial para o Estado é o seu poder legislativo, que funcionaria como seu coração adaptando a vontade geral ao cotidiano do Estado. O governo, por sua vez, seria análogo ao cérebro do Estado de modo que não é necessário para continuar vivendo, mas é a forma em que se gere o país com inteligência (ROUSSEAU, 2005a; pp. 171-178).

A partir de uma reflexão das sociedades antigas de Roma e da Grécia, o autor pondera sobre a razão pela qual os cidadãos não se reúnem mais em presença física para decidir a política em forma de soberano. Para Rousseau (2005a) não é possível que os cidadãos exerçam a sua liberdade convencional a partir de uma representação política delegando poderes de escolha a deputados. Porém, o autor ainda compreende a dificuldade de dedicação de tempo dos cidadãos às decisões públicas e este percebe que os povos antigos para se dedicarem a tais decisões tinham escravos para cuidar de suas questões privadas. Em adição a esta dificuldade de reunião corpórea dos cidadãos como soberano ainda há o problema da falta do comprometimento dos servidores públicos. Pois estes, segundo o autor, se preocupam muito mais com suas questões pessoais e a quantia de dinheiro que ganham; mas para um funcionamento efetivo da sociedade seria necessária a dedicação integral dos servidores públicos integralmente aos assuntos públicos da sociedade (ROUSSEAU, 2005a; pp. 179-189).

O autor começa o livro quarto com o assunto da escolha dos representantes do governo, este pode ocorrer por sufrágio, ou por sorteio, dependendo do modo de governo adotado. Assim como descrito por Montesquieu, o sorteio deve ser o modo de escolha do governo na democracia, pois a participação neste governo é um fardo que pode acometer a qualquer um dos cidadãos do Estado. O sufrágio é apropriado à aristocracia, sendo este sufrágio realizado pelos próprios membros do governo em si. À monarquia não cabe nenhum destes modos de seleção, mas está deve sempre atender ao soberano do Estado. Rousseau (2005a) relembra que todas estas formas de governo estão sujeitas ao soberano, sendo que este é indivisível e sempre deve submeter o governo de seu Estado à vontade geral

(ROUSSEAU, 2005a; pp. 199-209).

Neste livro ainda são citadas estruturas institucionais para se fazer manter o governo e o Estado em seu pacto social, como o tribinato, a censura e a ditadura. O tribinato é apresentado como uma estrutura de controle do governo a partir da defesa do poder legislativo, sendo que este não integra nenhum deles; por esta razão ele está livre para fazer cumprir-se a lei e controlar o governo perante à vontade geral. A censura segundo Rousseau (2005a) seria uma simples forma de se regular a cultura convencional do próprio Estado, convencendo os costumes correntes da sociedade para se manter a sociedade em si. Por fim, a ditadura descreve um período de tempo em que o governo recebe poderes gerais para defender e manter o Estado estruturado em tempos de crise. Esta ditadura pode receber meios para neutralizar as leis do Estado, porém isso deve partir do desejo da vontade geral – que busca acima de tudo manter a sociedade coesa – mesmo assim esta ditadura deverá se manter por um breve período limitado para que não se deturpe em tirania do governo (ROUSSEAU, 2005a; pp. 221-231).

Por fim, Rousseau (2005a) descreve as diversas formas que a religião se relaciona com o Estado e o Governo. O primeiro modelo é o da antiguidade em que cada Estado possuía sua própria religião cujo o príncipe era seu representante máximo e os cidadãos eram inteiramente devotos a ela, chegando a converter os estrangeiros por meio da dominação. Outro modelo apresentado é o que apresenta uma fé oposta ao Estado, sendo impossível se conciliar os preceitos destas religiões ao pacto social imposto por um Estado. O último modelo é o mais adequado à modernidade clássica que implica em uma religião universalista como é o cristianismo, em que há vários Estados devotos a uma mesma religião. Neste último caso só a religião não é suficiente para manter o Estado coeso, mesmo que para o autor o Estado deva ser formado de bons cristãos ele acredita que dessa forma ele não se manterá estruturado, podendo ser deturpado por poucos cidadãos que não sejam bons cristãos. Desta forma o autor delimita que cabe ao Estado criar uma espécie de religião civil que funciona para que os cidadãos mantenham a ordem da sociabilidade no Estado, podendo seguir preceitos espirituais distintos com a condição de que estes não preguem nenhuma forma de intolerância. Esta seria a forma mais adequada de se alcançar uma coesão social necessária a partir do modelo de religião da modernidade canônica (ROUSSEAU, 2005a; pp. 233-242).

CAPÍTULO III - TEORIA POLÍTICA MODERNA NA PERSPECTIVA PERIFÉRICA

Neste capítulo tratarei de resenhar parte do livro *Nueva Coronica y Buen Gobierno* de Felipe Guaman Poma de Ayala (1980) como um dos principais expoentes de uma teorização política do começo da era moderna de forma alternativa ao que ocorre no cânone do estudo deste assunto. O autor inicia suas análises e normatizações de como se deve ser a gestão política a partir de suas jornadas pelo vice-reinado do Peru para conhecimento da realidade do mesmo. A parte do livro que aqui apresento é referente a sua contribuição política, deixando de lado suas outras contribuições referentes a história de formação da população dos Andes e de sua geografia, me atentando apenas às suas determinações políticas. Este capítulo será subdividido por algumas seções definidas pelo próprio autor do livro.

Apresentação

Já na apresentação, Felipe Guaman Poma de Ayala (1980), traz uma carta ao Rei da Espanha à época, Felipe II, expondo seus motivos de escrita do livro. Nesta carta o autor apresenta todo o seu receio de concepção do livro por não possuir uma formação acadêmica própria para discorrer sobre temas como política, história, geografia e religião expostos em *Nueva Coronica y Buen Gobierno*, mesmo assim o autor decide realizar o livro para que todo o seu conhecimento sobre as linhagens dos povos indígenas dos Andes e sobre o cotidiano de vida no vice-reinado do Peru não se percam. Ele ainda apresenta que este livro pode ser utilizado também como um guia para os moradores dos andes, tanto para indígenas adoradores de seus deuses próprios – considerados heréticos pelo autor – quanto àqueles que exercem o cristianismo de forma errônea, por ignorar ensinamentos cristão e por promoverem desrespeito aos indígenas, negros e mestiços. Mesmo assim, o papel fundamental da escrita deste livro para Guaman Poma de Ayala (1980) é a apresentação de uma visão crítica da forma como está sendo estabelecido o governo espanhol nos Andes; além desta análise o autor descreve formas de se melhorar este governo colonial. Pois apesar de tudo, o autor possui grande crença na figura do rei espanhol para alcançar um aperfeiçoamento de gestão política necessária no vice-reinado do Peru (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 4-9).

A partir da apresentação do princípio do livro é possível se perceber as bases de escrita de Felipe Guaman Poma de Ayala (1980) como periféricas; pois, apesar de ter uma

grande base de seu pensamento em uma doutrina cristã fica claro também que este não foi influenciado por grandes teóricos canônicos das teorias sociológicas, políticas, históricas e geográficas, uma vez que este não possui um estudo acadêmico. A partir disso é possível se inferir que este teve grande base de seus estudos em conhecimentos tradicionais de sua cultura indígena, pois pode se dizer que suas referências são traduzidas a partir de suas vastas buscas no chamado “vice-reinado das índias do Peru”, como era denominado o Peru à época de seu domínio colonial. Além das viagens de referência de Guaman Poma Ayala (1980), outro traço claro de suas raízes epistêmicas tradicionais é a menção de seu trabalho de tradução a partir de diversas línguas citadas:

(...) para sacar em limpio estas dichas historias hube tanto trabajo por ser sin escrito ni letra alguna sino no más de quipos y relaciones de muchas lenguajes, ajuntando com la lengua castellana y quichua, inga, aymara, puquina, colla, canche, cana, charca, chinchaysuyo, andesuyo, collasuyo, condesuyo, todos los vocablos de indios que pasé tanto trabajo (...) (GUAMAN POMA de AYALA, Felipe; 1980; p. 9).

El Buen Gobierno

El Buen Gobierno é o nome dado pelo autor para a sessão do seu livro que trabalha as questões políticas da região dos Andes. Nesta sessão são tratadas várias questões de descrição da situação política de sua época, citando o modo que são conduzidos os cargos burocráticos e as ações de gestão da colônia pela coroa espanhola. Além da descrição analítica, aqui o autor propõe práticas para melhorar a forma de governo diretamente ao rei espanhol sem medo de realizar críticas aos altos cargos de comando como vice-reis e aos padres por não seguirem corretamente a doutrina cristã.

Felipe Guaman Poma de Ayala (1980) já começa criticando o modo como se dá a administração da região dos vice-reis enviados diretamente pela coroa espanhola. Sobre os primeiros vice-reis referidos no livro (Don Antonio de Mendonza e Don Andrés Marqués de Cañete), primeiro, segundo, terceiro e quarto vice-reis das Índias do Peru, o autor discorre brevemente mencionando as bases cristãs destes e que, por isso, realizaram um bom governo. Porém, estes foram sucedidos por Don Francisco de Toledo, quarto vice-rei, ao qual Guaman Poma de Ayala se demora mais na descrição de seu governo por não possuir qualidade de condução política aos moldes dos ensinamentos cristãos (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 324-329).

A crítica ao governo de Don Francisco Toledo começa pelo modo em que este

conduz suas relações com os indígenas causando grandes perdas a estes e fazendo com que perdessem fazendas, casas e outras terras para os espanhóis lá residentes. Além disso, o vice-rei chegou também a permitir que os espanhóis se apossassem de mulheres indígenas, o que gera grande revolta ao autor por não permitir que a população indígena cresça, pois deste modo nascem apenas mestiços. As ordens do vice-rei ainda previam que os indígenas velhos e mulheres, não apenas os homens jovens como antes, trabalhassem em favor de padres e *encomenderos* (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 329-331). Um caso concreto descrito pelo autor foi a caça de um rei Inca, Topa Amaro, por Don Francisco Toledo, que quando o capturou ofereceu não matá-lo caso ele se fizesse de escravo ao vice-rei. Uma vez que o rei Inca não aceitou a oferta este foi executado causando comoção geral entre os indígenas. Guaman Poma de Ayala (1980) descreve que nunca se deve executar qualquer senhor membro da nobreza, seja europeia, ou indígena, pelo papel importante que estes realizam em suas respectivas formações sociais (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 333-335). O quarto vice-rei morreu quando acabaram suas diligências no vice-reinado e retornou ao rei Felipe II para receber uma confirmação real de encerramento de seus deveres, porém este não foi recebido, causando enorme trauma para Don Francisco Toledo que a partir disso não mais comeu e, segundo o autor, morreu por sua soberba e pelos males que fez aos incas e aos demais indígenas dos Andes (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 339-344).

O autor discorre sobre o direito de governo de terras indígenas a partir de um direito legítimo de nobres que governam tais terras tradicionalmente; dentro deste direito os nobres devem ser senhores de todos que vivem dentro das terras, sejam indígenas, espanhóis, negros, judeus, ou mouros. O direito de governo aqui recai de maneira hereditária, sendo reconhecido ao filho legítimo do antigo senhor, ou caso não haja tal herdeiro legítimo este direito deve passar a outro filho natural do senhor, filho bastardo, ou até mesmo filha, sendo resguardada aqui uma cadeia de linhagem seguida do que possui maior direito ao que possui menor direito ao cargo de senhor daquelas terras. Mas para possuir tal título ainda é necessário um apoio em uma quantidade de no mínimo quinhentos indígenas devotos à *mita*¹,

1

. A *mita* pode ser definida aqui como um sistema de trabalho devotado ao governo como forma de imposto. Este sistema é de origem nativa do povo andino, em que homens com idades entre vinte e cinquenta anos devem dispor de uma quantidade específica de dias do ano em que o indígena fica a disposição de seu

de modo que faça a legitimidade do título político de comandante das terras (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 336-337) O autor ainda descreve diversas estruturas de hierarquia do vice-reinado e como devem ser compostas, como os caciques principais que devem ter dois índios e duas índias a seu serviço e obter salário a partir de um terço dos impostos que são dados ao rei espanhol (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 339-340).

Guaman Poma de Ayala (1980) relata um caso de tentativa de catequização de uma comunidade indígena, porém no meio desta catequização os espanhóis mataram o cacique chefe da comunidade causando indignação geral e ataque contra os catequizadores (Guaman Poma de Ayala, 1980; p. 344). Ele ainda relata a forma de governo do sexto vice-rei que foi bom com os pobres, sendo estes espanhóis ou indígenas, e gerou o maior crescimento da população indígena durante a dominação cristã. O sétimo vice-rei fez também um bom governo por não ser ganancioso, ajudar aos soldados pobres e conseguir aumentar as possessões reais em terras e fazendas, porém este maltratava os índios do vice-reinado. Depois o autor se refere aos governos do nono e décimo vice-rei, que da mesma forma realizaram um bom governo atendendo aos pobres de acordo com os preceitos cristãos (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 344-351).

O texto cita que todo bom governo deve ser realizado a partir da conformidade com o santo texto da igreja, a bíblia, e o evangelho cristão. Nestes termos o autor trata que cada cidadão deve ser bom a partir de sua vocação específica (peichero, sapateiro, etc.) (Guaman Poma de Ayala, 1980; p. 350). Este ainda descreve que para haver de fato um bom governo e um Estado em si deve se existir um estudioso pesquisador, dois protetores que repartam os salários, dois procuradores, um idioma, uma pessoa que estude o idioma e um historiador que possa analisar o pesquisador, os protetores do Estado e os demais cidadãos (Guaman Poma de Ayala, 1980; p. 360).

Ainda é exposta a profunda necessidade de haver grandes catequizadores, padres e estudiosos do cristianismo que propaguem a sua doutrina, pois esta é fundamental, segundo o autor, para que haja um bom governo. Sendo que estes catequizadores não devem ser gananciosos, não devem punir os pobres e os índios, ou mesmo realizar diversos desmandos – maltratos, roubos, furtos, estupros e exploração de serviços - que são descritos pelo autor como contrários à ordem, porém que ocorrem no vice-reinado (Guaman Poma de Ayala, 1980;

governo para realizar atividades em diversas áreas de interesse público (DOBYNS e DOUGHTY, 1976; p. 55).

pp. 351-360). O autor ainda especifica que se devem erguer monastérios em homenagem às virgens, monges, índias e negras para se aumentar e espalhar a fé cristã pelo mundo para os diversos tipos de homens e mulheres pelo mundo (Guaman Poma de Ayala, 1980; p. 360). Porém o que Guaman Poma de Ayala (1980) enxerga em seu vice-reinado à época um caso em que cristãos bons, de acordo com a descrição dele, estão faltando, não há quem cuide dos índios e dos pobres em seu tempo. Neste momento ele faz um apelo ao rei que para fazer crescer seu reino ele deve levar ao vice-reinado do Peru um novo governante que conheça as terras do Andes por pelo menos doze anos para que este tenha conhecimento de todos os habitantes da região, como os *encomenderos*, *corregidores* e padres; podendo assim punir os maus, agraciar os bons e realizar, de fato, um bom governo (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 360-362).

Corregidores

No vice-reinado do Peru surgiu a figura do *corregidor* depois de um endurecimento da estrutura jurídica de colonização. Este *corregidor* era o encarregado chefe do *corregimiento* e era indicado diretamente pelo vice-rei como o encarregado central dos procedimentos legais de sua região de *corregimiento*. Tal cargo possuía vastos poderes na regulação de impostos, na regulação das ações dos *encomenderos*¹ e outros espanhóis, na determinação de legislação e na decisão sobre crimes e justiça civil; tudo isso nas bases do modelo administrativo ibérico. Os *corregimientos* são regiões que repartiram o vice-reinado em cinquenta e duas diferentes áreas. Dentro destas áreas havia um *corregidor* que muitas vezes sofria um choque cultural por entrar em contato com regiões do vice-reinado com um menor conhecimento da religião cristã e, ainda assim, os *corregidores* recebiam um salário

¹ Neste ponto do texto cabe a descrição do sistema da *encomienda*. Tais *Encomiendas* foram criadas como estratégia colonial a partir de ordens da rainha espanhola Isabella, estas seriam concessões de terras cedidas a espanhóis para que cultivassem retirando tributos à coroa espanhola a partir de trabalhos indígenas, ao mesmo tempo em que se realizasse um trabalho de conversão cristã aos índios habitantes das *encomiendas*. Os *encomenderos*, espanhóis responsáveis por gerir as terras da coroa espanhola, demandavam o trabalho de cultivo dos indígenas residentes em cada *encomienda* e também recebiam como imposto cultivos nativos das Américas e cultivos de plantas europeias. Estes *encomenderos* ainda tinham função de participar de uma espécie de milícia armada espanhola para a preservação da colônia e geralmente moravam nas cidades, e não em suas terras rurais. A gestão das *encomiendas* tinha que passar por rígido processo burocrático controlado pela Espanha (DOBYNS e DOUGHTY, 1976; pp. 65-67).

baixo em relação a outros membros da burocracia do vice-reinado (DOBYNS e DOUGHTY, 1976; pp. 76-78).

Este trecho do livro começa com os relatos de como os *corregidores* do vice-reinado do Peru, utilizaram de seus cargos de importância para passar por cima das leis reais e conseguir riquezas às custas dos índios. O autor cita que estes *corregidores*, com a função de defenderem os índios em casos legais, fazem a defesa dos índios pobres, porém tomam para si toda a riqueza obtida nessa mesma defesa. Além disso os *corregidores* ainda se aliam aos padres e outros espanhóis para conseguir obter dinheiro e fazendas para si, ao mesmo tempo que estes também se voltam contra os caciques principais indígenas, ou se aliam a estes caciques principais para fazer com que os índios pobres trabalhem mais para o lucro dos espanhóis e dos caciques. O texto cita ainda a facilidade e liberdade que estes *corregidores* têm também quando possuem dívidas que não são pagas, além disso há relatos do ódio expresso que eles proferem contra os índios ladinos, aqueles que são estudados para ler e escrever, mas ainda sim não tem o poder de denunciarem os desmandos destes *corregidores* a qualquer autoridade que os puniria (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 462-467).

O caso específico do *corregidor* Don Cristobal é apresentado, pois este se mostra exceção aos demais *corregidores*. Pois este era um *corregidor* que se esforçava para defender os índios e aplicar a doutrina cristã em seu trabalho. Porém, devido a este fato ele foi preso pelos outros *corregidores* que, porém, não conseguiram o condenar efetivamente por falta de provas de contrariedades às leis (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 367-369). O autor ainda cita que os caciques muitas vezes fazem o papel de defensores dos índios frente aos *corregidores* - isso quando estes não são corrompidos por ganância para defender os mesmos *corregidores* - pois o papel dos caciques é zelar pelos habitantes de suas terras em detrimento de qualquer outro que atente contra eles, seja indígena, espanhol, ou mestiço (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 369-371).

É apresentado por Guaman Poma de Ayala que a função destes *corregidores* no vice-reinado do Peru é a de realizar a defesa da justiça contra as ilegalidades cometidas no local. Porém, o que ocorre é que estes *corregidores* passam a se colocar acima de qualquer decisão da coroa, ou da doutrina cristã a qual deveriam seguir. O autor vê nisso um erro de conduta destes *corregidores*, pois eles são de suma importância para a defesa dos caciques e dos índios pobres, os quais, segundo o autor, são pessoas com o mesmo valor que qualquer um aos olhos da doutrina cristã e que devem ser tratados do mesmo modo que fazendeiros,

encomenderos, padres e juízes (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 371-374).

Por fim, o autor estabelece como deveria ser a conduta dos *corregidores* na situação de autoridade dentro do vice-reinado do Peru. Estes não deveriam ter relações de amizade e afeto com padres, *ecomenderos* e outros espanhóis, pois estes afetariam no exercício de suas funções de justiça. E ele não deveria atender aos pedidos destes mesmo padres, *encomenderos* e outros espanhóis para punir índios e caciques. Pois, devido a todo o regime de imposição de poder relegado à cor de pele o *corregidor* deveria prezar por proteger os índios nos casos analisados por ele. Além disso deve ser estabelecido que todos os *corregidores* devem seguir acima de tudo as ordens reais e a doutrina cristã (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 378-381).

Tenentes, Juízes e Escrivães

O autor começa esta sessão com um questionamento do “por que” um espanhol gostaria de se tornar um tenente e a resposta é dada com a explicação de haver com este título diversas possibilidades de se furtar e se aproveitar dos índios *mitayos*, aqueles que seguem a *mita*, que devem impostos aos espanhóis. O tenente é descrito como um subordinado do *corregidor*, este possui uma média de seis tenentes a seu serviço. E segundo Felipe Guaman Poma de Ayala (1980) as províncias possuem cerca de doze *corregidores* e seus respectivos tenentes a serviço do sofrimento dos índios pobres. (Guaman Poma de Ayala, 1980; p. 385).

Ainda são citadas outras duas funções burocráticas do vice-reinado do Peru, os juízes de comissões e os escrivães. Os juízes de comissões também são subordinados aos *corregidores* e tratam de acompanhar locais como minas da região. Porém estes são denunciados como acobertadores e praticantes de furtos e roubos. Outro tipo de funcionário citado é o escrivão, este pode ser subordinado do *corregidor*, ou direto ao escritório da coroa para controlar os *corregidores*. Estes escrivães fiscalizam a cobrança de impostos no vice-reinado dos caciques e *corregidores*. Porém, segundo os relatos do livro eles trabalham contra os *corregidores* em busca de se apossar de suas funções e poder roubar dos pobres habitantes do vice-reinado, mesmo que já ganhem altas quantias de salário pela coroa espanhola (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 389-390).

O autor termina a sessão reafirmando que para se alcançar um bom governo cada funcionário deve seguir sua tarefa de acordo com os princípios do cristianismo e ser bom a todos no vice-reinado. Desse modo ele explicita que todos devem manter suas funções

divididas como são e realizá-las corretamente, pois dessa maneira todos os indígenas, mestiços e espanhóis ficarão satisfeitos (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 390-392).

Mineiros

Neste capítulo autor expressa os absurdos que ocorrem na exploração das minas em benefício da coroa espanhola. Primeiro é mencionada a ausência de crença cristã entre os trabalhadores das minas, pois estes não são propriamente visitados por padres para catequização e são deixados à sua própria sorte em seus trabalhos. Ainda são citadas todas as dificuldades de condição dos trabalhos nas minas, pois os índios que lá trabalham não tem a possibilidade de receber visita de suas esposas ou famílias e trabalham de modo que é comum ocorrerem mortes súbitas de trabalhadores, ou doenças respiratórias crônicas (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 392-394).

Outro problema é o pagamento aos índios, pois estes demoram a receber seus pagamentos por trabalhos, ou então muitas vezes nem chegam a receber pagamento por seu tempo dedicado nas minas. Além de não haver uma proteção de aposentadoria para os índios feridos durante o trabalho nas minas (Guaman Poma de Ayala, 1980; p. 395).

Os mineiros, donos das minas, são responsáveis pelos trabalhadores das minas viverem sem o conhecimento da doutrina cristã. Além disso, estes mineiros também pedem aos juízes - pela força de sua posição burocrática e da superioridade de sua cor de pele - que roubem os índios e caciques trabalhadores das minas. Em decorrência disso os índios que trabalham nessas minas voltam para suas casas sem roupas e sem dinheiro para sustentar suas famílias, ficando endividados para conseguirem subsistência (Guaman Poma de Ayala, 1980; p. 396-398).

Por fim, Felipe Guaman Poma de Ayala afirma que a melhor forma de se regular um bom governo na exploração das minas é com o fim da utilização da *mita* para os serviços realizados nas minas. Isso devido ao grande esforço demandado a estes trabalhadores, que é bem maior no caso de trabalho das minas. O ideal seria a instituição de outra estrutura de trabalho para a exploração das minas no vice-reinado (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 398-400).

Mordomos e Espanhóis

Uma outra profissão existente no vice-reinado do Peru são os mordomos

espanhóis, estes servem a ricos senhores espanhóis, sejam estes fazendeiros, *corregidores*, *encomenderos*, juízes, ou padres. Porém a estes mordomos, que também são espanhóis, não há punição prevista em lei. Aproveitando desta brecha os mordomos exploram o trabalho dos índios e abusam das mulheres indígenas sem o medo de nenhuma punição legal, afetando assim os índios pobres do vice-reinado (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 400-402).

Guaman Poma de Ayala (1980) descreve em seu livro como “espanhóis” todos os espanhóis nascidos na Espanha e os nascidos em suas colônias (criolos), os diferenciando dos mestiços, indígenas e negros. A partir destes critérios se torna claro que seus critérios são fundamentados em noções raciais de cor de pele e origem de nascimento. Isso pois considera os criolos, homens brancos de ascendência espanhola nascidos fora da Europa, como espanhóis, resguardando ainda diferença de local de nascimento. A partir destas definições, os espanhóis são descritos pelo autor como um povo bastante ganancioso, demonstrando este fato a partir da história de uma família que agradece a deus por ter lhes dado muitos filhos para que estes trabalhem e deem dinheiro aos pais. Os pais planejam que seus filhos se tornem padres e possam passar a eles parte de seus salários, além de índios e mestiços para que estes lhes sirvam (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 410-412).

Os mestiços são demonstrados como malvados por parte do autor, pois estes não sendo puramente espanhóis, ou indígenas ainda tiram o proveito daqueles que estejam abaixo deles hierarquicamente, os índios. O autor demonstra que os mestiços, apesar de terem parte de seu sangue indígena, maltratam seus familiares indígenas e se aproveitam deles com a sua possibilidade hierárquica por ser mais próximo dos espanhóis por traços raciais. Os criolos agem de forma parecida, porém de modo mais rígido por sua maior proximidade aos espanhóis só diferenciando seu local de nascimento; entretanto estes não exploram seus membros da família pois não há indígenas entre eles, como ocorre entre os mestiços (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 412-415).

Ainda assim, o autor cita que todos estes diferentes espanhóis citados acima podem ser bons e contribuir para um bom governo. A única forma possível disso acontecer é com a educação cristã e a obediência aos ensinamentos cristãos e à coroa espanhola. Pois, segundo o autor, estes pregam um respeito a todos em suas determinadas funções, assim se alcança uma grande eficiência de governo e de sociedade (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 417-420).

Encomenderos

No último capítulo sobre o bom governo, Felipe Guaman Poma de Ayala (1980) discorre sobre os *encomenderos* do vice-reinado do Peru. Tais *encomenderos* são descritos como cristãos, mas mesmo assim o autor os critica por se aproveitarem do trabalho dos índios para seu sustento. Estes *encomenderos* ainda se afirmam como conquistadores das terras dos Andes, quando o autor clama que estas terra não foram conquistadas, o que houve foi uma prestação de livre devoção à coroa espanhola e à doutrina cristã a partir de suas principais lideranças Incas. Sendo assim, o autor descreve que não se deve nada nem aos *encomenderos*, ou *corregidores* e homens ricos, somente aos cristão que se sacrificam por sua religião; devendo-se ainda dar de comer mais aos pobres do que aos ricos, ajudando-os mais até do que aos padres (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 420-423).

Os *encomenderos* exploram os índios a partir da cobrança de impostos, de trabalho dos indígenas, através da *mita*, e de alimentos. Tudo isso é realizado com ajuda dos mordomos dos *corregidores* e com a ameaça de morte aos índios que não realizarem seus pedidos. Estes que mantem índios entre seus serviçais ainda os cobram taxas de imposto e não os pagam salários. Os *encomenderos* chegam até a exigir presentes dos caciques superiores de alguns povos, sendo que todas suas ações ajudam a reduzir as populações indígenas. Eles realizam todas suas ações sem seguir os preceitos cristão, ou nenhuma justiça, acreditado que os mesmo são a própria justiça quando interagem com os índios (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 423-426).

Afinal, Guaman Poma de Ayala apela no fim do primeiro tomo de seu livro para que os impostos de comida, de trabalho, ou de dinheiro sejam sim seguidos, mas eles devem se limitar ao definido pelo rei, não ultrapassando e nem valendo-se de roubos contra os índios. Sendo que o abuso na cobrança destes impostos deva sofrer uma punição inegociável e ser religiosamente condenado ao inferno quem realizou tais desmandos (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 428-429).

CAPÍTULO IV - COMPARAÇÃO DE PERSPECTIVAS

Uma vez já tendo sido apresentadas as diferentes perspectivas a serão analisadas neste trabalho cabe a este capítulo, portanto, analisar comparativamente as diferentes perspectivas da teoria política moderna. A partir da análise do teor dos textos de ambos os autores foram elaboradas seções de comparação com temáticas e pontos de comparação específicos.

Intenções de Escrita

Em uma primeira análise cabe se focar nos objetivos motores de escrita dos textos políticos por parte dos autores. Ambos expressam ao longo de seus livros a escrita como razão expressa para começar suas reflexões políticas.

Primeiramente, Rousseau (2005a) demonstra que o Contrato Social faria parte de um trabalho maior para explorar filosoficamente as questões da formação social da modernidade. Tal trabalho teria sido escrito a partir de um sentimento do próprio autor de dever cidadão como forma de expor uma maneira de melhor organização social (ROUSSEAU, 2005; pp. 47-52). Mesmo com este intuito de auxílio à organização do Estado o autor sofreu perseguição política por suas ideias expostas no livro em questão. Devido a essas perseguições o mesmo decidiu não realizar o resto de seu trabalho relacionado ao Contrato Social (MACHADO e ARBOUSSE-BASTIDE, 2005; pp. 5-11)

Felipe Guaman Poma de Ayala (1980) faz de sua obra a dedicação de sua vida, é nela que ele consegue transmitir todo o conhecimento sobre a estrutura espanhola no Peru colonial e sobre os povos indígenas originários dos Andes. O autor relata ainda em diversas passagens o objetivo de afetar o mundo com sua obra, conscientizar e gerar melhores cidadãos que ajudem no desenvolvimento de seu vice-reinado. A sua obra é direcionada ao rei espanhol Felipe II e Guaman Poma de Ayala (1980) apresenta receio ao escrevê-la por não possuir formação acadêmica, mas continua e finaliza sua obra, mesmo com todo seu aspecto crítico à gestão do vice-reinado do Peru (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 4-9).

Na relação entre os dois autores é possível se perceber grande semelhança na intenção de escrita de ambos. Os dois autores se entendem como bons cidadãos que devem contribuir para suas respectivas sociedades e inspirar os demais cidadãos e as estruturas estatais a serem as melhores possíveis. É interessante ainda notar o receio que há em ambos os autores para realizar seus trabalhos, porém tal receio ocorre de modo diferente em cada um.

Rousseau (2005a) expressa seu medo apenas após ter suas ideias perseguidas, antes o autor se sentia livre pra expressar suas ideias sem medo. De modo diferente, Guaman Poma de Ayala (1980) teme que seu trabalho não seja levado a sério por sua falta de formação acadêmica, temor este que se prova razoável, uma vez que seus escritos foram esquecido por séculos e mesmo quando usados não o são da mesma forma em que se utilizam autores canônicos da teoria política moderna. Nesta diferença é perceptível como cada autor é encarado de forma acadêmica geralmente.

Bases Filosóficas

Para a análise deste trabalho se faz necessária a pesquisa dos fundamentos filosóficos e teóricos usados pelos autores para discorrer sobre suas reflexões. Uma reflexão epistêmica é sempre reveladora na análise de diferentes teóricos para desvendar suas conclusões.

Aqui podemos descrever que Rousseau (2005a) tem uma epistemologia muito parecida com a dos demais autores convencionais da teoria política moderna. Entre suas bases teóricas há autores gregos clássicos como Aristóteles (2002) e renomados autores modernos como Montesquieu. A partir destas bases teóricas o autor consegue comentar assuntos em voga na teoria política e descrever as origens sociais e a sociedade em sua situação atual.

É interessante notar as bases de pensamento de Guman Poma de Ayala (1980) para estruturar seus pensamentos políticos, pois este não possuiu uma educação acadêmica formal, devido a isso ele se baseou em seu conhecimento cotidiano adquirido e na doutrina cristã na qual foi ensinado. A doutrina cristã é utilizada pelo autor sempre com o pensamento de se fazer o bem a todos, principalmente aos mais pobres e aos indígenas, com este pensamento o autor ainda se contrapõe a diversos cristãos que não realizam tais ações. Rousseau (2005a) também admite suas bases cristãs em seus pensamentos, mas este apresenta que só estas bases cristãs não se bastam a modernidade.

Segundo Rousseau (2005a, pp. 233-242) há três tipos de religião que se relacionam ao Estado, sendo que este caracteriza uma religião que é mais adequada à modernidade e outra à antiguidade. A religião na antiguidade é confundida com o próprio governo do Estado e tudo realizado para o bem dele é o que condiz com a própria religião. Na modernidade essa relação muda, é possível se estabelecerem diversas religiões dentro de um Estado e a religião passa a determinar apenas as condições espirituais das pessoas, sem

interferir nas questões políticas materiais; isso se houver uma maioria de cidadãos que são bons cristãos, mas uma minoria de que não seguem a doutrina seria fácil que estes se aproveitassem dos bons cristãos.

Porém, ficam evidentes as limitações de Rousseau (2005a), uma vez que no vice-reinado do Peru, mesmo que dentro da modernidade, ainda há uma íntima ligação entre religião e governo. Isso pode demonstrar o descrédito da teoria política moderna canônica a outras partes do mundo que não sejam a Europa, pois em suas generalizações teóricas são considerados apenas os casos dentro do próprio continente. A partir desta constatação se torna visível a necessidade de se colocar tais ideias em perspectiva para que uma visão “universal” ocorra de modo mais completo.

Outro fator que se torna marcante de se notar a partir de uma análise comparativa entre Rousseau (2005a) e Guaman Poma de Ayala (1980) é o fato de que cada autor possui uma abordagem diferente para tratar seus objetos de estudo, mesmo que estes sejam suas próprias sociedades. Enquanto Rousseau (2005a) utiliza uma abordagem de apresentação abstrata e generalista para mostrar uma lógica de universalidade para suas definições teóricas, Guaman Poma de Ayala (1980) tem seus escritos marcados por uma especificidade de sua realidade concreta.

A partir da realidade pessoal de cada um dos autores se torna possível uma explicação a partir da intenção de escrita de cada autor. É flagrante em Guaman Poma de Ayala (1980) uma tentativa de realizar em seus escritos uma análise de sua realidade própria de modo que seja possível uma melhora política. Isso poderia ser marcado como uma espécie de realismo político tal como é relatado à escrita de Maquiavel em O Príncipe. De forma diferente, se percebe em Rousseau (2005a) uma intenção de generalização teórica concebida a partir de perguntas de como funciona a sociedade num caráter mais geral.

Bom Governo

Mesmo com as referidas diferenças de abordagem e episteme específica em cada autor, ainda é possível se identificar fatores comuns em seus textos políticos, uma vez que ambos fazem uma avaliação na vida em sociedade. Primeiramente é possível se identificar que ambos relatam e teorizam sobre o funcionamento de cargos burocráticos. Além disso, também é possível de análise a exposição que cada um dos autores faz sobre a estrutura de

governo em si e dos próprios governantes.

Na escrita de Guaman Poma de Ayala (1980) há diversas menções aos meios burocráticos de ação no Vice-reinado do Peru, pois o mesmo participou da burocracia e entrou em contato com seus ocupantes de diversos cargos e diversas índoles. Isso é marcante para a demonstração do autor de todas as atividades ilícitas praticadas dentro destes meios burocráticos, como a cobrança indevida de impostos, abuso do poder para a exploração de mulheres indígenas e uso da violência contra todos os indígenas. Assim como este relata em sua passagem de descrição aos espanhóis, em que uma família deseja ter diversos filhos para que estes possam ter cargos burocráticos rendendo dinheiro para família e possibilitando a exploração de índios (GUAMAN POMA de AYALA, 1980; pp. 410-412).

Por trazer uma visão mais abstrata para suas teorizações se nota em Rousseau (2005) também uma descrição do serviço burocrático de forma mais generalista. Porém, este reclama da falta de vontade dos burocratas do serviço público. Segundo o autor, na sociedade atual, os servidores se preocupam bem mais com a quantia de dinheiro que ganham do Estado do que com a qualidade e o comprometimento ao serviço do Estado para o melhor funcionamento do mesmo (ROUSSEAU, 2005a; pp. 179-189).

Portanto, é evidente a convergência destes dois autores na crítica às estruturas burocráticas, pois ambos criticam o modo com que a burocracia pode ser aproveitado por cidadãos interessados somente em seu benefício financeiro, ou no poder. Além da questão de análise burocrática também é possível uma análise próxima relativa à função e ocupação do cargo de governante para os autores em questão.

A partir da leitura de Rousseau (2005a) é possível se perceber a centralidade de suas ideias na forma de gestão do Estado a partir de seu governante. Em que este descreve as diversas formas de governo que podem ser adotadas para a gestão de um Estado, mas este ainda condiciona as ações de todas estas formas de governo ao poder de uma vontade geral da população do Estado. Nestes moldes o autor vê no governo uma forma de se gerir o Estado de modo mais inteligente a partir de uma legislação formada com a vontade popular geral (ROUSSEAU, 2005a; pp. 171-178).

Na visão de Guaman Poma de Ayala (1980) o governante é tratado de uma maneira mais específica de cada um dos que recebem o cargo de vice-rei da região dos Andes, isso, pois o autor confia inteiramente na gestão do rei espanhol Felipe II, que é quem indica os governantes da colônia, confiando também neste sistema de nomeação. Mesmo assim o autor

ainda se reserva em manter um posicionamento crítico aos vice-reis de sua região. O modo com que este julga uma gestão correta não é de acordo com o atendimento a uma vontade popular, como descreve Rousseau (2005a), mas a partir de uma lógica cristã de ajuda aos mais pobres da região.

Evidencia-se neste ponto o aspecto de como cada um dos autores pensa numa forma própria de “Bom Governo” que já é mencionado como o próprio título do livro de Guaman Poma de Ayala (1980) por ser seu principal objeto de teorização política. Este apresenta o “Bom Governo” como uma forma de se governar a partir de uma premissa cristã correta, na qual deve haver respeito ao ser humano de todas as raças, ajudando aos mais pobres e respeitando cada categoria social e profissional dos cidadãos do Estado.

O “Bom Governo” é descrito por Rousseau (2005a, pp. 171-178) de forma mais simples, de modo que este ocorre quando o Estado promove conforto e crescimento a sua população, fatores que também preocupam Guaman Poma de Ayala (1980, pp. 344-351) que em diversas passagens se preocupa com o crescimento da população indígena. Porém Rousseau (2005a) também adiciona a esta preocupação uma necessidade de correspondência às leis formadas sob uma vontade geral soberana.

A partir destas definições na visão de cada autor se percebe uma convergência na necessidade de bom tratamento e crescimento para a população. De modo diferente os autores divergem a partir do ponto que Rousseau (2005a) pauta o “Bom Governo” em aspectos de isonomia entre os cidadãos por meio da vontade geral e Guaman Poma de Ayala (1980) traz uma visão de tentativa de correção da situação de sua região com uma maior ajuda aos pobres para que haja um “Bom Governo”.

Noção de Soberano

Numa definição de ordem de gestão governamental, Rousseau (2005a, pp. 69-81) cita o estabelecimento do Estado todo em volta de uma entidade abstrata a qual chama de soberano. Esta mesma entidade se torna responsável por sustentar a mesma sociedade de modo seja capaz de manter um bom governo. Para o autor este soberano deve ser baseado em uma vontade geral formulada da generalização do que todos desejam para sua sociedade a partir de uma forma coletiva. A vontade geral, porém, sofre grande dificuldade de ser entendida. Esta não se faz entender a partir de sufrágios convencionais, o modo mais simples

de se absorver a vontade geral é a partir da análise de interações coletivas de massa. O que dificulta ainda essa percepção é a estrutura que ocorrem eventos coletivos de massa que dificultam a expressão e análise das opiniões de uma vontade geral que tenta se expressar (REIS, 2010). Mesmo com toda a dificuldade da abordagem de entendimento da vontade geral, ela ainda é de suma importância para o trabalho de Rousseau (2005a).

Por meio de sua abordagem menos abstrata, Guaman Poma de Ayala (1980) determina que todo governo deve ser regido de forma cristã, pois esta seria a melhor forma de atender todos os cidadãos mantendo a boa índole de todos os cidadãos. Neste caso, portanto, não há uma base de poder do Estado em sua própria população como é no caso de Rousseau (2005a), mas fica evidente que os governantes ainda devem atender o povo de forma a melhorar suas vidas para que este seja reconhecido como um bom governante. Isso pode ser visto no caso relatado do Vice-rei Don Francisco Toledo que, Segundo Guaman Poma de Ayala (1980, pp. 339-344), foi rejeitado pelo rei Felipe II após o fim de seu cargo por exercer um mau governo ao vice-reinado do Peru.

A partir disso percebemos que ambos descrevem uma forma abstrata superior aos poderes de se manter um Estado e sua sociedade e isso se dá de forma sempre voltada à população do Estado. Sendo de forma mais direta em Rousseau (2005a) e por intermédio da religião cristã no caso de Guaman Poma de Ayala (1980).

Deturpação da Civilização

Na modernidade há um grande discurso do alcance da civilização por parte da sociedade numa convenção social formada. Porém dentro desta lógica de civilização é possível que se escondam características ruins em que há na sociedade mesmo que civilizada. Nessa questão, Rousseau (2005b) foi um dos primeiros autores da modernidade convencional a discorrer sobre as características ruins da vida civilizada humana, inclusive foi este tema que o incentivou a desenvolver teorizações políticas e sociais em sua trajetória de vida (MACHADO e ARBOUSSE-BASTIDE, 2005; pp. 5-11).

Direcionado pelo tema do progresso da civilização, Rousseau (2005b) descreve que a partir da formação de um Estado convencional com certa desigualdade que se deflagrou uma sociedade deturpada. A partir da garantia dos bens de indivíduos por meio do Estado se firmou uma desigualdade consolidada que foi se perpetuando e crescendo dentro da sociedade. Deste modo, Rousseau (2005b, pp. 285-288) descreve que foi estabelecido uma

nova forma de Estado natural, em que os mais ricos se tornam os mais fortes, tendo o poder de tiranos para subjugar os mais pobres de suas sociedades. As estruturas de poder são alteradas de forma que qualquer estabelecimento social passa a ter uma certa organização de poder e soberania, pois não se é possível a volta ao estado de natureza original, mesmo que haja uma característica cíclica de deturpação de governo a partir das diversas formas de governo que não respeitam inteiramente os desejos da vontade geral (MOSCATELI, 2015).

Sob uma outra perspectiva Guaman Poma de Ayala (1980) capta uma má índole na civilização humana a partir das ações realizadas por muitos espanhóis na colônia do vice-reinado do Peru. O autor relata diversas ações cometidas que são consideradas por ele como desmandos, entre elas o açoite, a cobrança indevida de impostos, o estupro e o roubo. Essas ações podem ser reconhecidas como frutos da própria organização social, pois elas são descritas pelo autor como originadas da ganância do ser humano.

Estas duas visões podem ser descritas como análogas convergindo no cerne da questão de civilização. É interessante mencionar aqui que Rousseau (2005a, pp. 233-242) cita, assim como Guaman Poma de Ayala (1980), a propensão à caridade por parte dos bons cristãos, mas não sendo ainda o bastante para se manter uma sociedade, pois na ocorrência de um pequeno número de pessoas más todos os cristãos teriam suas caridades mal aproveitadas por estes indivíduos.

Escravidão e Igualdade

Um dos conceitos fundamentais na discussão da teoria política moderna é a igualdade, neste contexto surge uma grande discussão sobre como essa igualdade deve ocorrer dentro do Estado. A partir dessa discussão é importante citar a visão de cada um dos autores aqui apresentados e compará-las de acordo com suas determinadas perspectivas.

Na perspectiva de Guaman Poma de Ayala (1980) a igualdade social deve ser alcançada a partir do respeito de cada posição dentro da sociedade, se mantendo assim hierarquias e cargos burocráticos de poder assimétrico. Mas toda essa organização deve ser mantida de modo em que nenhuma classe interfira na outra de modo destrutivo para piorar, ou até mesmo acabar, sua própria condição de vida. Mesmo assim, o autor enxerga que é fundamental que se atente aos mais frágeis da sociedade, os pobres (que no seu caso são os índios), mantendo assim a caridade permanente a estes pobres (Guaman Poma de Ayala, 1980; p. 360).

O modo com que Rousseau (2005a, pp. 127-132) trata a igualdade não se mostra tão diferente, mas este traz uma definição mais concreta. Para o autor se deve almejar uma igualdade de modo que nenhum cidadão seja pobre o suficiente ao ponto que tenha que se vender, ou rico o suficiente ao ponto de ser capaz de comprar outro cidadão. Deste modo se vê a possibilidade de haver sim desníveis na estrutura de uma sociedade igualitária, mas estes não deve ser extremos.

A igualdade na modernidade pode ser descrita, portanto como uma categoria generalista que pressupõe disparidades moderadas, tanto na visão convencional, quanto periférica. Mas a partir da igualdade surge um tópico de discussão importante na era moderna que é a ocorrência da escravidão, pois esta ocorria legalmente no mundo, mesmo que os teóricos políticos se posicionassem contra.

Sobre este assunto, Rousseau (2005a, pp. 55-57 e 61-65) discorre sob o argumento que é inconcebível que um ser humano sujeite suas liberdades e vontades a outro ser humano sem que isso seja realizado de forma violenta. Deste modo o autor define que a escravidão está fora do espectro de determinação humana e apresenta o fato como prática autoritária que pode, porém, consolidar uma cultura a partir da qual esta seja aceita tradicionalmente. Mesmo assim, Rousseau (2005a, pp. 179-189) ainda relata da conveniência da escravidão para o processo de atividade política do povo como soberano, assim como ocorria na Grécia antiga.

As teorias expostas de Rousseau (2005a) ainda expõe um certo paradoxo no tratamento da questão da escravidão em que não se entende como é possível que qualquer ser humano aceite o condicionamento de suas vontades a vontades de outros humanos. Isso pois este condicionamento de vontade deve ser realizado de forma voluntária, o autor tenta solucionar este paradoxo, mas ainda se prende nele alcançando apenas o princípio da formação social de tentativa de condicionamento da vontade própria do ser humano, originando a civilização (BAPTISTA, 2015).

Nos escritos de Guaman Poma de Ayala (1980) é difícil se encontrar exposições sobre a escravidão, mesmo que esta estivesse presente no vice-reinado do Peru como forma de mão-de-obra minoritária. Este chega a citar a escravidão como uma forma de desonra (Guaman Poma de Ayala, 1980; pp. 333-335). Mas ainda é possível se perceber práticas relatadas pelo autor como casos análogos à escravidão, como o caso dos indígenas trabalhadores das minas que não recebem o devido pagamento por seu trabalho (Guaman Poma de Ayala, 1980; p. 395) e diversos casos em que estrutura incaica da *mita* não é seguida

de maneira correta. O autor repudia fortemente a ocorrência destes casos e pede punição severa aos que os realizam, demonstrando uma predisposição a condenar a escravidão.

Ao colocarmos estas visões em perspectiva é possível se observar uma certa convergência na visão de se condenar a escravidão na modernidade. Porém é alarmante notar que Rousseau (2005a) percebe apenas a escravidão da antiguidade sem se atentar à escravidão moderna que ocorria em seu tempo, declarando ainda a conveniência da prática. Neste ponto, é importante notar que, por sua perspectiva específica, Guaman Poma de Ayala (1980) enxerga a forma moderna de exploração de trabalho por parte da estrutura colonial faz uma clara condenação à mesma. Desta forma se nota a grande importância da perspectiva teórica em certos conceitos, pois estas perspectivas podem evidenciar, ou encobrir certos fatos em seus arranjos teóricos.

Por fim, é importante citar o modo como cada autor se refere às pessoas que descrevem em suas teorias. Pois, Rousseau (2005a) com seu caráter mais geral e universalista tende a tratar as pessoas por termos gerais como “cidadão”, “indivíduo”, ou “homem”. Felipe Guaman Poma de Ayala (1980), entretanto, se refere às pessoas a partir de um modo mais específico e étnico, identificando “classes étnicas” entre aqueles aos quais se refere, como índios, mestiços e espanhóis. Esta comparação demonstra claramente que o exercício da tentativa de universalização das pessoas na formulação teórica tem clara origem numa teorização europeia, de modo que uma teorização periférica demonstra uma perspectiva através de diferentes elementos que tendem a influenciar nos efeitos sociais, como é a etnia.

CONCLUSÃO

Neste trabalho se pautou muito a visão do que diferencia uma teoria política moderna a partir das características de perspectivas de pensamento diferenciados. Aqui foram comparados os trabalhos de dois autores da era moderna que discorrem sobre como ocorre e como deve ocorrer de fato a política. A partir de toda a análise realizada no trabalho, se percebeu que a grande diferença que ocorre nas teorizações é o enfoque que cada autor dá às suas teorias embasadas em sua própria visão de mundo influenciada por sua situação política e geográfica do mundo.

Fica bastante claro que toda a visão de teorização para basear uma generalização de ideias, além da universalização destas mesmas ideias em Rousseau (2005a) é marcada pela sua visão na qual a Europa era entendida como o centro do mundo. Havia no contexto de Rousseau (2005a) todo um pensamento de que as ideias de definição do mundo deveriam partir do pensamento europeu.

De outro modo, percebe-se a situação política e social de Guaman Poma de Ayala (1980), pois este se encontra na região hoje conhecida como Peru numa situação de colonização espanhola que controlava toda a gestão política do local e explorava as riquezas e os habitantes nativos do local em favor próprio, ao mesmo tempo em que exerce uma estrutura de encobrimento dos conhecimentos provenientes de outros lugares que não fazem parte da Europa. Sob este contexto o autor ainda não se intimida em escrever suas ideias teóricas, mas o centro de suas teorizações se dá a partir de uma lógica local de descrição apenas de fatos que são de seu amplo conhecimento, tudo a partir de um método dedutivo de afetividade apenas local.

Essa comparação permite se visualizar um espectro da modernidade e da teoria política moderna que não é enquadrado à academia de forma simétrica à literatura já convencional. No presente momento de conclusão do trabalho cabe a resposta de uma pergunta: Como se deve organizar a teoria política moderna a partir da inclusão e análise de textos centrados numa visão periférica dentro de si?

Tal pergunta pode ser uma das questões centrais dos autores que se descrevem como decoloniais. Pois estes apresentam seu descontentamento com a modernidade, na qual a periferia do mundo foi relegada e sofreu com um processo de inclusão por meio da exploração e da violência, inserindo esta periferia num nível inferior dentro do sistema global. Essa

situação global faz com que o pensamento decolonial se concentre na tentativa de realização de uma modernidade alternativa a partir de epistemes esquecidas, como a de Guaman Poma de Ayala (1980) e Otabbah Cugoano (1999).

Quando se coloca o que é teorizado por autores como Walter Mignolo (2007) e Aníbal Quijano (2005) em perspectiva aos escritos de Felipe Guaman Poma de Ayala (1980) - a quem se relata que se deve referenciar para uma modernidade alternativa - não se percebe uma correspondência imediata. Isso devido ao aspecto radical das críticas dos decoloniais que não se corresponderia diretamente ao exposto por Guaman Poma de Ayala (1980). Porém, o que ocorre no pensamento decolonial é a possibilidade de base em um pensamento próprio da periferia que não ignora pontos cegos causados pela generalização teórica, possibilitando a inserção da realidade periférica para dentro da discussão acadêmica.

Por fim, percebo a partir deste estudo de comparação acadêmica a grande importância que existe em inserir no debate e no ensino acadêmico as mais diversas perspectivas e a perspectiva periférica se mostra a mais necessária dentre elas por demonstrar claramente a sua realidade local própria para se anular pontos cegos teóricos das teorias universalistas. Para além dos antigos textos acadêmicos, cabe ainda uma reflexão sobre os rumos do pensamento decolonial, se faz necessário a este pensamento, não apenas um resgate dessas diversas epistemes e teorias esquecidas pela colonialidade do poder. Mas também um incentivo à produção acadêmica teórica das periferias ainda nos dias de hoje, para que a modernidade periférica idealizada se concretize a partir de estudos próprios baseados na própria realidade periférica de modo a colocá-la no debate global e no debate acadêmico de maneira mais central.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Rolena. Guaman Poma and His Illustrated Chronicle from Colonial Peru: From a Century of Scholarship to a New Era of Reading. Disponível em: <<http://wayback-01.kb.dk/wayback/20101108105530/http://www2.kb.dk/elib/mss/poma/presentation/presentation.htm>>. Acesso em 7 de dezembro de 2015.

ARISTÓTELES. A política. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BAPTISTA, Ligia Pavan. O Paradoxo da Origem do Poder Político em Rousseau. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 38, n. Spe, pp. 111-120, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732015000400111&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 7 de dezembro 2015.

BERTRAM, Christopher. Rousseau e Genebra. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 38, n. Spe, pp. 93-110, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732015000400093&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 07 de dezembro 2015.

Biografias y Vidas: La enciclopedia Biográfica em Línea. “Felipe Guamán Poma de Ayala”. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/p/poma.htm>>. Acesso em 8 de outubro de 2015.

CUGOANO, Otabbah. Thoughts and Sentiments on the Evil of Slavery. Penguin Classics. 1999.

DOBYNS, Henry F. e DOUGHTY, Paul L. *Peru: A Cultural History*. New York, Oxford University Press. 1976.

GARCIA, Franklin Pease. Prólogo de *Nueva corónica y Buén gobierno*. 1980. Disponível em: <http://www.bibliotecayacucho.gob.ve/fba/index.php?id=97&backPID=87&begin_at=72&tt_products=75>. Acesso em 10 de julho de 2015.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GUAMAN POMA de AYALA, Felipe. *Nueva corónica y Buen gobierno*. Tomo I. Transcripción, prólogo, notas y cronología: Franklin Pease García. [1615] 1980. Disponível em: <http://www.bibliotecayacucho.gob.ve/fba/index.php?id=97&backPID=87&begin_at=72&tt_products=75>. Acesso em 10 de julho de 2015.

GUAMAN POMA de AYALA, Felipe. *Nueva corónica y Buen gobierno*. Tomo II. Transcripción, prólogo, notas y cronología: Franklin Pease García [1615] 1980. Disponível em: <http://www.bibliotecayacucho.gob.ve/fba/index.php?id=97&backPID=87&begin_at=72&tt_products=75>.

products=76>. Acesso em 10 de julho de 2015.

HOBBS, Thomas de Malmesbury, *Leviatã*. Os Pensadores. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

KAWAUCHE, Thomaz. Soberania e justiça em Rousseau. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, n. 1, pp. 25-36, abr. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732013000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 7 dezembro 2015

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil – e Outros Escritos: Ensaio sobre a Origem, os Limites e os Fins Verdadeiros do Governo Civil*. Traduzido por Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994.

MACHADO, Lourival Gomes.e ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. *Jean-Jacques Rousseau – Vida e Obra*. Editora Nova Cultural, São Paulo; 2005.

MAQUIAVEL, Nicoló di Bernardo dei. *O príncipe*, 2008. Porto Alegre: L&PM.

MIGNOLO, Walter. “El pensamiento decolonial: Desprendimiento y apertura. Un manifiesto”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiado & GROSFOGEL, Ramón (comps.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. Disponível em: <<http://www.lapetus.uchile.cl/lapetus/archivos/1307460584CastroGomezSantiago-ElGiroDecolonial.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

MONTESQUIEU. *Do Espírito das leis*. Tradução: Jean Melville. Editora Martin Claret: São Paulo, 2007

MOSCATELI, Renato. Maquiavel Versus Rousseau: as Divisões Sociais e Seu Papel em uma República Bem-Ordenada. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 38, n. spe, pp. 121-138, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732015000400121&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 7 dezembro 2015.

PORTER, Gayle. A Colonial Peruvian Chronicle from an Indigenous Viewpoint: Felipe Guaman Poma de Ayala’s Work and Legacy. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=16&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi2i-uq9tHJAhVIgJAKHSCwBxkQFghnMA8&url=http%3A%2F%2Fwww.iai.spk-berlin.de%2Ffileadmin%2Fsalalmdocs%2Fmss_paper.pdf&usq=AFQjCNGoMBDTVAF2hF8ZjPob6SKJhGN5hQ&sig2=YhIz1rphLJGstBNBFTCKow&bvm=bv.109395566,d.Y2I>. Acesso em 7 de dezembro de 2015.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*.

Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

REIS, Cláudio Araújo. Vontade geral e decisão coletiva em Rousseau. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 33, n. 2, pp. 11-34, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732010000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 7 dezembro 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Editora Nova Cultural, São Paulo; [1755] 2005b.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Editora Nova Cultural, São Paulo; [1762] 2005a.